

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar

Período de Análise: 01/09/2014 a 30/09/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

MMA debate uso da biodiversidade na alimentação. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 01/09/2014	4
Agricultura familiar produz 90% da mandioca na Bahia. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 01/09/2014.....	4
PAA tem novas regras para modalidade executada pela Conab – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/09/2014	5
Conab destina R\$ 10 milhões para compra de feijão da agricultura familiar – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 03/09/2014.....	6
PAA dá mais visibilidade a produtos orgânicos e agroecológicos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 05/09/2014	7
Colômbia busca experiência em ações de segurança alimentar. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 08/09/2014.....	8
Segurança alimentar e nutricional é tema do Prêmio Jovem Cientista 2014 – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/09/2014.....	9
PAA: Instituições terão participação ativa na elaboração da proposta de venda dos agricultores familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/09/2014	10
Tempo de permanência das crianças no Bolsa Família contribui para reduzir desnutrição – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 10/09/2014.....	11
Preço dos alimentos cai ao menor valor em quatro anos, diz FAO. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 11/09/2014	12
PAA destina R\$ 10 milhões para compra direta de feijão – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 11/09/2014	13
PAA destina R\$ 10 milhões para compra direta de feijão – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 11/09/2014	13
Goiás adere ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/09/2014	14
Povos e comunidades tradicionais do Sudeste se reúnem com governo federal – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/09/2014.....	15
Tereza Campello repercute resultados do combate à fome no Brasil, na terça (16) – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/09/2014	15
Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/09/2014	16
Mais renda e maior acesso a alimentos explicam superação da fome no Brasil – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/09/2014.....	17

MDA e FAO discutem a participação da agricultura familiar no combate à fome. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/09/2014.....	18
Agricultura familiar contribui para erradicar fome no Brasil, afirma FAO – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 18/09/2014	18
MMA ajuda Brasil a ser referência internacional no combate à fome. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/09/2014	20
Educação permanente em Segurança Alimentar e Nutricional é essencial para o fortalecimento do Sisan – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/09/2014	21
"Superamos a fome com a ampliação da rede de proteção social" – Site da Carta Capital, Sociedade. 23/09/2014	22
"Os mais pobres precisam de dinheiro para comprar alimentos" . Rodrigo Martins – Site da Carta Capital, Sociedade. 24/09/2014	25
A fome é uma vergonha a menos para o Brasil. Rodrigo Martins – Site da Carta Capital, Sociedade. 25/09/2014	27
Gestores federais e estaduais trocam experiências sobre o PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 26/09/2014	30
Fome: o ingênuo otimismo da ONU. Juliana Dias – Site do MST. 29/09/2014	30
Medida aprovada pelo CMN beneficia produtores vinculados ao Pronaf. Eduardo Campos – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014	34

MMA debate uso da biodiversidade na alimentação. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 01/09/2014

Consumo de plantas nativas contribui com a saúde e com a natureza

A 2ª Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para a Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano” começou nesta segunda-feira (1º/9), no Ministério do Meio Ambiente, e será realizada até sábado (6/9). O encontro tem representantes de cinco ministérios e instituições nacionais e internacionais, para debater a participação do Brasil no projeto mundial para a conservação e aproveitamento de espécies nativas na alimentação.

O Brasil foi convidado pelo Bioversity International (Instituto Internacional de Recursos Genéticos Vegetais/IPGRI) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para fazer parte do projeto, que é integrado também pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Além do MMA, participam do comitê os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Agricultura, Educação e Saúde. Na reunião em Brasília, estão presentes representantes de universidades e instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Federação Nacional dos Nutricionistas. A iniciativa é uma das decisões da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada no Paraná, em 2006, e que tem metas até 2018.

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

“Um dos nossos objetivos é a promoção de dados sobre o valor nutritivo das espécies nativas”, ressaltou o gerente de Projeto, do Departamento de Conservação da Biodiversidade, do MMA, Lídio Coradin, especialista no tema. Durante a abertura do encontro, ele explicou que a valorização nutricional das espécies nativas é importante para a saúde humana e para a conservação da biodiversidade.

O MMA coordena ações voltadas para a identificação e divulgação da importância econômica de plantas nativas que são pouco exploradas no país. Essas informações são fundamentais para estimular a conservação da natureza nos territórios em que possa ser ampliada a sua produção.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Guilherme Cabral, comentou sobre o engajamento das diversas áreas do governo federal e da sociedade organizada para o sucesso do projeto internacional. E ressaltou a importância da agricultura familiar na produção de alimentos.

Agricultura familiar produz 90% da mandioca na Bahia. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 01/09/2014

A qualidade dos alimentos da agricultura familiar e a importância do segmento para a segurança alimentar ganharam reconhecimento mundial. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. No Brasil os agricultores familiares produzem a maioria e os principais alimentos que

chegam à mesa dos consumidores. A diversidade cultural e regional do País reflete na produção familiar.

Na Bahia, por exemplo, os agricultores familiares cultivam 90% da mandioca plantada no estado. A raiz está presente na alimentação nordestina ao longo de todo o dia, desde o café da manhã até o jantar.

De acordo com o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Valter Bianchini, cada região tem sua particularidade na agricultura familiar. “Como é uma agricultura de famílias, que vivem de geração em geração na terra, há uma relação cultural, de parentesco e de conhecimento muito importante. Preservá-la é preservar boa parte da cultura de cada região”, destaca.

O casal de agricultores familiares Evangelista Silva de Souza, 48 anos, e Rosiney de Souza, 39, planta mandioca no município baiano de Iraquara, na Chapada Diamantina, a cerca de 470 quilômetros da capital Salvador. “Aqui, o plantio é ideal, porque ela (mandioca) gosta do clima quente”, explica.

Evangelista mora com dois filhos, a nora e uma neta, há 24 anos, na comunidade Rural Boca da Mata, localizada a 12 quilômetros do centro do município. Eles vivem em um sítio de 4,2 hectares - três são destinados ao plantio de mandioca. O alimento é comercializado pela Associação Comunitária de Boca da Mata e Adjacência.

Para alavancar a produção, o agricultor familiar acessou crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Ajudou muito, conseguimos aumentar e melhorar a produção, o que melhorou também a nossa renda”, afirma.

Na região Nordeste, 89% dos estabelecimentos são da agricultura familiar. A Bahia é o estado com maior número de estabelecimentos familiares de todo o País, 15,2% do total.

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por 83% da produção nacional de mandioca, 70% do feijão, 33% do arroz e 46% do milho, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006.

PAA tem novas regras para modalidade executada pela Conab – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/09/2014

Manual padroniza a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e garantem mais agilidade e transparência

Brasília, 2 – A modalidade Compra com Doação Simultânea, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tem novas regras. Os procedimentos adotados a partir de agora permitem a padronização, em todo o país, das operações de compra dos produtos, maior transparência e agilidade, além de facilitar a participação dos agricultores familiares, com regras claras e objetivas.

O novo Manual de Operações da modalidade foi publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nessa segunda-feira (1º). Ele reforça a ampliação dos limites de

compra dos agricultores de forma individual, por organização, e a participação do agricultor em mais de uma modalidade do PAA, publicada no Diário Oficial da União em 13 de agosto passado, por meio do Decreto nº 8.293/2014.

As mudanças definem também a participação das unidades que recebem os alimentos adquiridos pelo PAA. A partir de agora, essas entidades participam do processo desde a fase de elaboração da proposta, indicando os produtos necessários para promover uma dieta balanceada e assumindo a responsabilidade de registrar todos os produtos recebidos.

Em relação à troca de produto não previsto na proposta de participação, a alteração poderá ser realizada desde que seja acordado formalmente com a unidade recebedora e que a quantidade seja convertida ao preço do produto substituído.

PAA - Modalidade Compra com Doação Simultânea - Principais mudanças

- Ampliação do limite de participação individual dos agricultores familiares, inclusive ao vender por meio de cooperativas;
- Possibilidade de participação em mais de uma modalidade do PAA, com limites independentes;
- Regulamentação dos procedimentos para eventuais trocas de produtos;
- Participação sistemática das unidades recebedoras na elaboração da proposta e no processo de entrega e controle dos alimentos;
- Necessidade de que as Organizações fornecedoras tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica;
- Exigência de certificado no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos no caso de aquisições de alimentos orgânicos ou agroecológicos, bem como da exclusividade destes produtos na proposta.

Conab destina R\$ 10 milhões para compra de feijão da agricultura familiar – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 03/09/2014

Os produtores familiares que estão com dificuldades para vender feijão pelo preço mínimo podem oferecer o produto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A Companhia dispõe de R\$ 10 milhões, repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para a compra de feijão por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A ação é uma medida complementar ao apoio à comercialização de feijão iniciada pela operação de Aquisição do Governo Federal (AGF) em maio deste ano.

Os interessados devem procurar a Superintendência Regional da Conab no estado onde o feijão foi produzido e informar a demanda existente. Cada Regional irá definir a maneira de operacionalizar a compra do produto. Será adquirido feijão tipos 1, 2 e 3.

A ação beneficiará agricultores familiares, cooperativas e organizações de produtores rurais. Produtores familiares devem apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física. No caso de associações e cooperativas, além das declarações de cada agricultor, é necessário apresentar a DAP Jurídica. O limite para aquisição no PAA é de R\$ 8 mil por família no ano.

AGF

Em paralelo, a Conab segue com as compras diretas de feijão por meio de AGF. Entre maio e julho deste ano, foram disponibilizados R\$ 60 milhões para a aquisição do produto em todo o país. A Companhia já adquiriu 29,3 mil toneladas de feijão de produtores dos estados do Paraná (11,7 mil t), Goiás (4,1 mil t), Minas Gerais (2 mil t), Santa Catarina (5,9 mil t), São Paulo (2,3 mil t), Distrito Federal (3 mil t), entre outros estados (3,3 mil t) com o uso de R\$ 40 milhões dos valores aplicados.

A expectativa é de que até esta sexta-feira (05) seja aplicado o saldo de R\$ 20 milhões. Após o uso desses valores há a possibilidade de liberação de mais R\$ 30 milhões para dar continuidade às compras durante o mês de setembro.

A Conab trabalha no sentido de agilizar as operações e beneficiar o maior número de produtores e busca, juntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a liberação de novos recursos para aumentar a quantidade de feijão adquirido. O objetivo destas compras de mais de 50 mil toneladas de feijão de cores é permitir que os preços fiquem próximos do preço mínimo de garantia.

Cada produtor pode vender para a Companhia as seguintes quantidades: Centro-oeste (mil sacas); Sul, Sudeste e Norte (750 sacas); Nordeste (100 sacas). O feijão deve ser entregue no armazém da Conab ou credenciado mais próximo, e o produtor deve solicitar a emissão do certificado de classificação e de depósito. Se o produto atender aos padrões exigidos - apenas Tipos 1 e 2 - é emitida nota fiscal de venda.

PAA dá mais visibilidade a produtos orgânicos e agroecológicos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 05/09/2014

Com nova regra, agricultores familiares devem participar do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos

Brasília, 5 – Há 10 anos a agricultora familiar Benedita Varjão Barbosa, 38 anos, de Curaçá (BA), vende produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para ela, as mudanças para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos na modalidade de Compra com Doação Simultânea, executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vão agregar mais valor para a produção dos agricultores familiares. As regras fazem parte do novo Manual de Operações da modalidade, divulgado na segunda-feira (1º).

A partir de agora, a Conab exige o registro no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, que reúne informações sobre os agricultores certificados para comercializar alimentos da produção orgânica.

Benedita e outros 250 produtores integram a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc). Todos têm o certificado de produtor orgânico. A produção de doces e geleias – de umbu, maracujá da caatinga, goiaba e manga – é vendida para o PAA.

Com a nova regra, os produtos industrializados devem seguir as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “Também estamos adequando as nossas polpas para sucos às normas de comercialização, como exige o manual da Conab”, explica a agricultora. Além das mudanças em relação aos produtos orgânicos, o documento padroniza as operações e garante mais agilidade e transparência na execução do PAA.

Em 2013, a Coopercuc faturou R\$ 1,5 milhão, sendo que mais da metade desse total resulta das vendas para o PAA. Segundo Benedita, preparar uma proposta exclusiva para produtos orgânicos, como pede o manual de operações, vai dar mais peso à produção orgânica. “É um programa importante para nós porque valoriza os nossos produtos e promove uma alimentação saudável para quem recebe os alimentos”, conta.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, as mudanças na compra de produtos orgânicos geram inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável.

“Estamos preocupados em melhorar a qualidade dos alimentos consumidos pela população brasileira. Temos um grande desafio de produzir, comercializar e consumir alimentos saudáveis, por isso, há a necessidade de ter algo que garanta que o produto é diferenciado, é um produto agroecológico”, destacou.

O PAA é um programa de compras governamentais que possibilita que os agricultores familiares vendam produtos para o governo. Os alimentos, adquiridos exclusivamente da agricultura familiar, são destinados a escolas para complementar a merenda ou doados a instituições que atendem a população em situação de vulnerabilidade social (creches, asilos e Centros de Referência de Assistência Social, entre outras).

Colômbia busca experiência em ações de segurança alimentar. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 08/09/2014

Uma delegação técnica do Governo da Colômbia esteve reunida com técnicos da Companhia Nacional de Alimentos (Conab), em Brasília, na última sexta-feira (5), com o objetivo de conhecer as ações desenvolvidas pela estatal na área de política agrícola, abastecimento e segurança alimentar.

Na ocasião, a Conab apresentou cada área de sua atuação, incluindo as principais ferramentas para elaboração das políticas públicas, como os levantamentos de dados agrícolas. "O estado precisa fornecer, a todos, informações de qualidade", ponderou o superintendente de Informações do Agronegócio, Aroldo de Oliveira Neto.

Também foi mostrada a experiência do Brasil com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra produção da agricultura familiar, por preços de referência, baseados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 8 mil ao ano por família. Os alimentos são doados a instituições como escolas, asilos e hospitais.

O superintendente de Gestão de Oferta da Conab, Paulo Morceli, apresentou à comitiva colombiana a Política de Garantia de Preços Mínimos, ferramenta utilizada pelo governo brasileiro para impulsionar a agricultura e regularizar o abastecimento alimentar no país. "Foi uma oportunidade para detalhar a execução da Política, com informações sobre a operacionalização de compras e vendas e os cálculos utilizados para estipular os preços mínimos", ressaltou.

A delegação ainda demonstrou interesse em conhecer as ações de abastecimento nacional e de ajuda humanitária internacional, a partir das doações de cestas. Segundo a diretora adjunta de desenvolvimento rural do Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia, Marta Rincon, o trabalho desenvolvido pela Companhia poderá servir de exemplo para propostas de políticas públicas importantes na missão do governo colombiano de transformar e fortalecer o setor agrícola daquele país.

Além da diretora adjunta Marta Rincon, participaram da comitiva: Santiago Perry (Diretor Executivo da Corporação Participativo e Sustentável dos Pequenos Produtores Rurais - Corporación PBA), Susana Márquez (Programa FIDA - MERCOSUL) e Carolina Albuquerque (Assessoria Internacional do MDA/Brasil).

Segurança alimentar e nutricional é tema do Prêmio Jovem Cientista 2014 – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/09/2014

Mestres, doutores e estudantes dos ensinos médio e superior podem inscrever seus trabalhos até 19 de dezembro

Brasília, 9 – O tema da 28ª edição do Prêmio Jovem Cientista, realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é a segurança alimentar e nutricional. Mestres, doutores e estudantes dos ensinos médio e superior podem inscrever seus trabalhos até 19 de dezembro, no site <http://www.jovencientista.cnpq.br>.

A área apresentou importantes resultados nos últimos anos. “Já estamos vivendo a primeira geração de crianças sem fome no Brasil, com acesso à alimentação, à escola e a serviços”, afirmou a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, na abertura da 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional +2, em março deste ano.

“Estamos a um passo de comemorar a superação da desnutrição aguda no país”, ressaltou a ministra, ao apresentar as ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015. O índice de desnutrição aguda – déficit de peso para a idade – em crianças menores de cinco anos é inferior a 1,8%.

Segundo Tereza Campello, as crianças brasileiras estão nas escolas e se alimentando bem. Essa mudança se deve às iniciativas para garantir segurança alimentar nas escolas e na rede socioassistencial. Mais de 81% dos estados e municípios já compram produtos

da agricultura familiar. Com investimentos de R\$ 3,3 bilhões, o Programa Nacional de Alimentação Escolar já beneficiou 43 milhões de estudantes da rede pública.

“Avançamos muito nos últimos 10 anos e uma das primeiras conquistas foi trazer as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e a de combate à fome para a agenda política do país”, assinalou. De acordo com ela, a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) pelo presidente Lula estreitou a parceria entre o governo e a sociedade e contribuiu para as conquistas sociais da última década.

Prêmio – A escolha do tema surgiu da necessidade de estimular estudos científicos que propiciem avanços na promoção da saúde, qualidade de vida e cidadania. O prêmio visa ainda o desenvolvimento de tecnologias agrícolas e industriais. “O tema segurança alimentar tem importância estratégica para o Brasil. O país tem papel decisivo no futuro dos alimentos”, afirmou a diretoria do CNPq.

Neste ano, serão distribuídos mais de R\$ 800 mil em bolsas de estudos, dinheiro e laptops para todas as categorias participantes. Criado em 1981, o objetivo do prêmio é revelar talentos, impulsionar a pesquisa no país e investir em estudantes e jovens pesquisadores que procuram inovar na solução dos desafios da sociedade brasileira.

PAA: Instituições terão participação ativa na elaboração da proposta de venda dos agricultores familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/09/2014

Objetivo é atender, de forma adequada, a necessidade das unidades receptoras de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos

Brasília, 9 – Creches, escolas, hospitais, asilos e entidades da rede socioassistencial terão participação ativa na elaboração da proposta de venda dos agricultores familiares ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A definição dos produtos pelas instituições faz parte de uma série de mudanças na modalidade Compra com Doação Simultânea, executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As novidades estão no Manual de Operações da modalidade, divulgado na segunda-feira (1º).

Na avaliação da presidenta da Associação de Pais do Excepcional Gota de Orgulho (Apego), Eleuza Batista de Melo, a interação entre os agricultores familiares e as instituições da assistência social será proveitosa. A entidade, localizada em Goiânia (GO), é beneficiada pelos alimentos adquiridos por meio do PAA há oito anos.

Às terças-feiras, a associação retira, em média, 100 quilos de produtos no banco de alimentos do município. Por dia, são servidas quatro refeições para 108 pessoas com deficiência – entre 3 e 67 anos – que ficam em período integral na instituição.

“Com a mudança, vamos planejar a alimentação dos nossos alunos e atender a necessidade de cada um, conforme a faixa etária”, explica ela, destacando que a nova regra vai colaborar também para o aperfeiçoamento dos agricultores familiares. “Eles vão se sentir mais valorizados ao ver o resultado do trabalho deles na mesa das crianças.”

Segundo Eleuza, nem sempre as verduras, legumes e frutas estão na quantidade correta para oferecer uma alimentação mais balanceada aos alunos. Mesmo assim, nada se perde. “Os produtos enriquecem o cardápio dos alunos. Sabemos que muitos deles não têm essa alimentação em casa”, disse. “É muito bom ver uma criança comendo três frutas por dia.”

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, a participação das entidades na formulação das propostas é um aperfeiçoamento do programa. “O envolvimento das instituições é uma forma de qualificar o PAA para que possamos, de fato, atender às pessoas e às instituições naquilo que elas precisam”, afirma.

Registro – Além da participação na elaboração da proposta, as entidades, a partir de agora, também terão a responsabilidade de registrar todos os produtos recebidos no Caderno de Entregas, elaborado pelo MDS. Quando houver a necessidade de troca de produto, a alteração poderá ser realizada desde que seja acordado formalmente com a unidade recebedora. A quantidade deverá ser convertida ao preço do produto substituído.

Tempo de permanência das crianças no Bolsa Família contribui para reduzir desnutrição – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 10/09/2014

Pesquisa aponta queda em 51% do déficit de estatura dos beneficiários acompanhados nas condicionalidades de saúde

Brasília, 10 – O déficit de estatura média das crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhadas nas condicionalidades de saúde caiu pela metade (51%) em quatro anos, no período de 2008 a 2012. Problemas no crescimento estão associados não apenas a uma maior taxa de mortalidade infantil, mas ao menor desempenho na escola e menor produtividade na idade adulta.

A queda em 51% do déficit de estatura foi verificada em pesquisa que acompanhou 360 mil crianças beneficiárias do programa de transferência ao longo de cinco anos seguidos, em que elas foram medidas e pesadas. O estudo cruzou dados das bases do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, da folha de pagamento do Bolsa Família e do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

Detalhes da pesquisa são relatados no Caderno de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate: resultados, avanços e desafios das condicionalidades de saúde do Bolsa Família, lançado na terça-feira (9) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

As pesquisas apontam que o tempo de permanência no Bolsa Família melhora o estado nutricional das crianças beneficiárias. “Observamos que há uma queda importante em relação ao déficit de estatura, que é a desnutrição crônica. Pertencer ao programa e ser acompanhado de forma contínua pelo Sistema Único de Saúde reduz a chance de a

criança apresentar desnutrição”, destaca Patrícia Jaime, coordenadora geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde e uma das autoras do estudo.

Outro indicador, que avalia as condições de todo o universo de beneficiários que tiveram acompanhamento da condicionalidade de saúde registrado, aponta que, em 2012, os meninos de 60 meses de idade alcançaram altura média de 108,6 cm, enquanto as meninas chegaram a 107,9 cm. A altura média vem crescendo a cada ano e aproxima os beneficiários do programa de transferência de renda da referência da Organização Mundial da Saúde (OMS) – que é de 110 cm e 109,4 cm, respectivamente.

“Há potencial para se chegar aos valores recomendados pela OMS. Temos que seguir investindo nos fatores que impactam a saúde da criança, que vão desde garantir o acesso à renda, à escola, à saúde. É necessário manter a transferência de renda e as condicionalidades, voltando o olhar para essas crianças mais vulneráveis”, acrescenta Patrícia Jaime.

O estudo reforça o entendimento de que os impactos do programa extrapolam o aumento da renda familiar, já que as condicionalidades vinculam os beneficiários a políticas sociais de saúde e educação. Na área da saúde, além do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, as crianças beneficiárias precisam estar em dia com o calendário das vacinas. As condicionalidades preveem ainda exames de pré-natal nas gestantes.

Preço dos alimentos cai ao menor valor em quatro anos, diz FAO. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 11/09/2014

SÃO PAULO - Pelo quinto mês consecutivo, o índice de preços globais de alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) ficou em baixa em agosto ao registrar 196,6 pontos. A retração de 7,3 pontos ante julho (3,6%) foi causada principalmente pelo aumento da oferta de grãos e cereais.

Segundo a FAO, com exceção do indicador para carnes, os preços para todos os produtos medidos pelo índice caiu acentuadamente. Na comparação anual, a retração do indicador geral em agosto foi de 7,9 pontos (3,9%).

O índice para cereais recuou 2,8 pontos ante julho (1,5%) e 24,2 pontos (11,7%) na comparação com agosto do ano passado, ao registrar 182,5 pontos. “Com o início de outra colheita recorde de trigo, os preços continuaram a cair em agosto, fixando o menor valor médio desde julho de 2010”, diz a FAO. A expectativa de uma ampla colheita dos outros grãos em importantes áreas produtoras também fez o preço cair.

O índice específico do segmento de lácteos caiu 25,3 pontos em agosto versus julho (11,2%) e 46,8 pontos (18,9%) na comparação anual. A redução é causada pelo excesso de oferta para exportação ao mesmo tempo que a demanda mantém-se estável. “A proibição da Rússia, no início do mês, de importação de lácteos de vários países também ajudou a deprimir os preços”, diz a FAO.

O índice de preços para óleos vegetais atingiu o menor valor desde novembro de 2009, ao registrar 166,6 pontos em agosto, com queda de 14,5 pontos (8%) ante julho e de 15,2 pontos (8,3%) na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Já o índice para açúcar ficou em 244,3 pontos ,com variação negativa de 14,8 pontos (5,7%) ante julho, mas 2,2 pontos (1%) superior ao mesmo mês de 2013.

O indicador para carnes ficou em 207,3 pontos em agosto, com alta de 2,5 pontos (1,2%) sobre julho e 25 pontos (14%) ante agosto do ano passado.

PAA destina R\$ 10 milhões para compra direta de feijão – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 11/09/2014

Recursos do MDS apoiam os agricultores familiares que estão com dificuldades em vender a leguminosa por um preço justo no mercado

Brasília, 11 – O governo federal está investindo R\$ 10 milhões para comprar feijão diretamente dos agricultores familiares, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vão apoiar os produtores que estão com dificuldades em vender a leguminosa por um preço justo no mercado.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, a modalidade Compra Direta do PAA tem o objetivo de regularizar o preço de produtos no mercado local em momento de baixa. “Desta forma, o programa se consolida como ferramenta de abastecimento das instituições que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.” A Compra Direta dos agricultores complementa o apoio à comercialização do produto iniciado em maio deste ano.

A compra por meio do PAA beneficia agricultores familiares, cooperativas e organizações de produtores rurais. Para formalizar o interesse, os produtores devem procurar a Superintendência Regional da Conab no estado onde o feijão – tipos 1, 2 ou 3 – foi produzido.

Cada unidade regional definiu a maneira de operacionalizar a compra. Os produtores familiares precisam apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). No caso de associações e cooperativas, além das declarações de cada agricultor, é necessário apresentar a DAP Jurídica. O limite para aquisição no PAA é de R\$ 8 mil por família no ano.

PAA destina R\$ 10 milhões para compra direta de feijão – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 11/09/2014

Recursos do MDS apoiam os agricultores familiares que estão com dificuldades em vender a leguminosa por um preço justo no mercado

Brasília, 11 – O governo federal está investindo R\$ 10 milhões para comprar feijão diretamente dos agricultores familiares, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vão apoiar

os produtores que estão com dificuldades em vender a leguminosa por um preço justo no mercado.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, a modalidade Compra Direta do PAA tem o objetivo de regularizar o preço de produtos no mercado local em momento de baixa. “Desta forma, o programa se consolida como ferramenta de abastecimento das instituições que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.” A Compra Direta dos agricultores complementa o apoio à comercialização do produto iniciado em maio deste ano.

A compra por meio do PAA beneficia agricultores familiares, cooperativas e organizações de produtores rurais. Para formalizar o interesse, os produtores devem procurar a Superintendência Regional da Conab no estado onde o feijão – tipos 1, 2 ou 3 – foi produzido.

Cada unidade regional definiu a maneira de operacionalizar a compra. Os produtores familiares precisam apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). No caso de associações e cooperativas, além das declarações de cada agricultor, é necessário apresentar a DAP Jurídica. O limite para aquisição no PAA é de R\$ 8 mil por família no ano.

Goiás adere ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/09/2014

Além do governo do estado, outras nove prefeituras tiveram os termos de adesão publicados. Agora são 680 municípios e 24 estados aptos a operar o novo modelo do programa, que trouxe uma execução mais ágil e simplificada das ações

Brasília, 15 – O governo estadual de Goiás e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) firmaram compromisso para executar a modalidade de Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O termo de adesão foi publicado na última quinta-feira (11), no Diário Oficial da União. Agora, 24 estados estão aptos a operar o programa, de forma mais ágil e simplificada.

Na terça-feira (9), mais nove prefeituras de Bahia, Minas Gerais, Pará e do Rio Grande do Sul também tiveram os seus termos de adesão publicados. No total, até agora, 680 municípios firmaram compromisso com o MDS.

Na modalidade de Compra com Doação Simultânea, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos).

“O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário, e não há a necessidade de repasse de recursos para estados e municípios. Isso facilita o gerenciamento do programa, entre outros avanços na execução”, afirma o coordenador geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar do MDS, Fernando Brutto.

Próximo passo – As prefeituras que aderiram ao novo modelo e o governo de Goiás devem elaborar um plano operacional com propostas de participação no programa. O documento apresenta metas relacionadas ao número de fornecedores e de entidades a serem atendidas.

São definidos também os parâmetros de execução, como o percentual de agricultores familiares em situação de pobreza a venderem a produção, o de mulheres agricultoras e o de produtos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos.

Os termos de adesão substituem os convênios – formato anterior de operação do PAA – e permitem que estados e municípios executem as ações de maneira mais simples e ágil. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das ações são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais.

Povos e comunidades tradicionais do Sudeste se reúnem com governo federal – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/09/2014

Encontro realizado em Vitória (ES) vai debater o aprimoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Brasília, 15 – Lideranças da região Sudeste e membros do governo federal participam a partir desta terça-feira (16) do Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, em Vitória (ES). São esperados 130 representantes de comunidades, como ciganos, quilombolas, povos de terreiro, entre outros. O secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Marcelo Cardona, participará da abertura do evento, às 9h.

O objetivo do encontro, que segue até sexta-feira (19), é avaliar e aprimorar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). O evento é preparatório para o encontro nacional, previsto para o mês de novembro, em Brasília.

Tereza Campello repercute resultados do combate à fome no Brasil, na terça (16) – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/09/2014

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome comenta relatórios da FAO sobre *segurança alimentar no país e no mundo*

Brasília, 15 – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, fala nesta terça-feira (16), em coletiva de imprensa, sobre os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) presentes nos relatórios Estado da Insegurança Alimentar no Mundo e Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Um Retrato Multidimensional. Os dois documentos serão divulgados pelo organismo internacional no mesmo dia.

O encontro da ministra com os jornalistas será em Brasília, no auditório do bloco A da Esplanada dos Ministérios, às 11h30.

Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/09/2014

Relatório mostra que o Indicador de Prevalência de Subalimentação atingiu no Brasil nível menor que 5%. Organização considerou dois períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo

Brasília, 16 – O Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), divulgado hoje (16) em Roma. A FAO considerou dois períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo: de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. Segundo os dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. A organização aponta também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7%.

O relatório mostra que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu no Brasil nível menor que 5%, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome.

O Brasil é destaque no “Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo” de 2014 por ter construído uma estratégia de combate à fome e ter reduzido de forma muito expressiva a desnutrição e subalimentação nos últimos anos. Segundo a FAO, contribuíram para este resultado:

Aumento da oferta de alimentos: em 10 anos, a disponibilidade de calorias para a população cresceu 10%;

Aumento da renda dos mais pobres com o crescimento real de 71,5% do salário mínimo e geração de 21 milhões de empregos;

Programa Bolsa Família: 14 milhões de famílias;

Merenda escolar: 43 milhões de crianças e jovens com refeições;

Governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

“Sair do Mapa da Fome é um fato histórico para o país”, comemora a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. “A fome, que persistiu durante séculos no Brasil, deixou de ser um problema estrutural”, completa ela.

De acordo com a ministra, atualmente a fome é um fenômeno isolado, existe ainda em pequenos grupos específicos que são objeto de Busca Ativa.

Segundo Campello, com base nos dados da FAO, “chegamos a um percentual de 1,7% de subalimentados no Brasil. Isso significa que 98,3% da população brasileira tem acesso a alimentos e tem segurança alimentar”, destaca. “É uma grande vitória.”

O “Relatório Brasil”, publicação da FAO/Brasil, é revelador deste novo momento do país e da importância da estratégia brasileira, salienta a ministra. O relatório é

denominado “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, um retrato multidimensional” - o oposto do título do relatório mundial.

Mais renda e maior acesso a alimentos explicam superação da fome no Brasil – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/09/2014

Relatório da FAO destaca avanço do país no combate à fome a partir de um conjunto de políticas públicas

Brasília, 16 – A superação da fome no Brasil, apontada pelo relatório da FAO “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo”, é resultado da prioridade do Estado Brasileiro no combate à fome, a partir de um conjunto de políticas públicas que garantiram aumento da renda da população mais pobre, maior acesso a alimentos, com especial destaque à merenda escolar, e a consolidação de uma rede de proteção social no país.

Mais renda - Entre os motivos que explicam o desempenho do Brasil na redução da fome, a própria FAO aponta o crescimento da renda da parcela mais pobre da população brasileira. Entre 2001 e 2012, a renda dos 20% mais pobres cresceu três vezes mais do que a renda dos 20% mais ricos. Esse movimento foi garantido por políticas de valorização do salário mínimo e de geração de emprego e renda no país.

Mais alimentos - Também cresceu a oferta de alimentos. Dados da FAO mostram o aumento de 10% da oferta de calorias no país em 10 anos. A contabilidade considera a oferta de alimentos produzidos no país, já descontadas as exportações e consideradas as importações. Em média, a disponibilidade diária de calorias passou de 2.900 para 3.190, entre 2002 e 2013.

Somente no ano passado, os investimentos em políticas para apoiar os agricultores familiares somaram R\$ 17,3 bilhões. A agricultura familiar é responsável por 70% do abastecimento do mercado interno de alimentos, e a renda de seus trabalhadores aumentou 52% acima da inflação em 10 anos.

Merenda saudável - Parte da produção da agricultura familiar também chega à merenda escolar, programa que ganhou destaque no relatório da FAO. Por dia, 43 milhões de alunos de escolas públicas recebem refeições, um número maior que toda a população da Argentina. As escolas têm como meta comprar 30% dos alimentos diretamente dos agricultores familiares.

Proteção Social - A merenda escolar faz parte do conjunto de políticas de proteção social, que têm como carro-chefe o Programa Bolsa Família. Desde a criação do Plano Brasil Sem Miséria, 22 milhões de pessoas deixaram a condição da extrema pobreza em decorrência da transferência de renda. Atualmente, nenhuma família vive com menos do que R\$ 77 mensais por pessoa, valor equivalente à linha da extrema pobreza. O Brasil Sem Miséria providenciou o complemento da renda dos que se encontravam em situação de extrema pobreza.

Menos desnutrição - O acompanhamento de saúde dos beneficiários do Bolsa Família mostra que caiu o déficit de estatura das crianças beneficiárias. Indicador da desnutrição

crônica, o déficit de estatura está associado a comprometimento intelectual das crianças. O acompanhamento feito pelo Ministério da Saúde mostra que, com a redução do déficit de estatura, os meninos de cinco anos beneficiários do Bolsa Família aumentaram 8 milímetros, em média, em quatro anos.

MDA e FAO discutem a participação da agricultura familiar no combate à fome. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/09/2014

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, recebe nesta terça-feira (16), às 16h, em Brasília, representantes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) na América Latina. O encontro tem como objetivo discutir os resultados dos relatórios “Estado da Insegurança Alimentar no Mundo” e “Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Um Retrato Multidimensional” que serão divulgados pela organização internacional no mesmo dia.

Os dados devem orientar o debate sobre a contribuição das políticas públicas de agricultura familiar para a segurança alimentar e combate à fome no Brasil.

A ONU declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar com intuito de promover ampla discussão e cooperação mundial sobre desafios dos trabalhadores rurais. O setor produz a maior parte dos alimentos consumidos pela população e contribui para erradicação da fome.

Desempenho brasileiro

No relatório apresentado pela FAO em 2013, o Brasil foi apontado como exemplo no combate à fome. O documento destaca que o País criou uma estratégia de redução da pobreza e da fome que trouxe resultados positivos também para a área da saúde por meio dos programas Bolsa Família e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Serviço

Debate sobre contribuição das políticas públicas para agricultura familiar para a segurança alimentar e combate à fome no Brasil

Data: 16 de setembro

Horário: 16h

Local: Esplanada dos Ministérios, bloco A, gabinete

Agricultura familiar contribui para erradicar fome no Brasil, afirma FAO – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 18/09/2014

A agricultura familiar tem contribuído para a erradicação da fome e superação da extrema pobreza no Brasil. A constatação é da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

A agricultura familiar tem contribuído para a erradicação da fome e superação da extrema pobreza no Brasil. A constatação é da Organização das Nações Unidas para

Alimentação e Agricultura (FAO) nos relatórios “Estado da Insegurança Alimentar no Mundo” e “Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Um Retrato Multidimensional”, divulgados nesta semana em Roma, na Itália. O relatório é uma publicação conjunta da FAO, do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida).

“A agricultura familiar é uma poderosa ferramenta para garantir a segurança alimentar da população mundial e das futuras gerações”, explica EveCrowley, representante regional adjunta da FAO para a América Latina.

Com esse desempenho, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. Os relatórios mostram que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, tem no Brasil nível menor que 5% - percentual fixado pela organização para considerar um país superou o problema da subnutrição.

Segundo os dados do documento, o Brasil é um dos 25 países que conseguiram reduzir pela metade ou até mais o número de pessoas desnutridas nas últimas duas décadas. O Brasil está ainda entre os dez países que tiveram o melhor desempenho quando se trata da redução da proporção entre o número de famintos e a população total. Na lista também estão Cuba, Venezuela e Tailândia.

Escala mundial

Cerca de 805 milhões de pessoas, uma em cada nove, sofrem de fome crônica no mundo, segundo o relatório. No entanto, o estudo confirmou tendência positiva observada nos últimos anos de redução da desnutrição mundialmente: o número de pessoas subnutridas diminuiu em mais de 100 milhões na última década e em mais de 200 milhões desde o período 1990-1992.

Segundo o documento, a redução da fome nos países em desenvolvimento significa que a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de diminuir à metade a proporção de pessoas subnutridas até 2015 pode ser alcançado.

O relatório ressaltou que o acesso a alimentos melhorou significativamente em países que experimentaram progresso econômico, especialmente no Leste e Sudeste da Ásia. O acesso à comida também aumentou no Sul da Ásia e na América Latina, mas principalmente em países que têm formas de proteção social, incluídos os pobres no campo, segundo o estudo.

No entanto, o relatório apontou que apesar do progresso significativo geral, ainda persistem várias regiões que ficaram atrás. Na África Subsaariana, mais de uma em cada quatro pessoas continua com fome crônica. A Ásia abriga a maioria dos famintos – 526 milhões de pessoas. A América Latina e o Caribe são as regiões que fizeram os maiores avanços na segurança alimentar.

O relatório reforça que a erradicação da fome requer o estabelecimento de um ambiente propício e um enfoque integrado, que incluam investimentos públicos e privados para aumentar a produtividade agrícola, o acesso à terra, aos serviços, às tecnologias e aos mercados, além de medidas para promover o desenvolvimento rural e a proteção social dos mais vulneráveis.

MMA ajuda Brasil a ser referência internacional no combate à fome. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/09/2014

Ministério debate programas ambientais que garantem produção de alimentos

Nesta quinta-feira (18/09), em Brasília, técnicos e dirigentes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), órgãos do governo federal, universidades e instituições de pesquisa estão reunidos na oficina sobre Diretrizes Voluntárias para Políticas Agroambientais no Contexto da Segurança Alimentar e o Combate a Fome. Durante o evento, o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil, Gustavo Chianca, apresentou o relatório da instituição lançado durante esta semana e que apresenta os avanços no combate à fome no mundo e no país.

O Brasil é referência internacional no combate à fome, com a redução do número de pessoas famintas de 14,8% para menos de 5%, se comparados os anos de 1990 e 2014. As iniciativas brasileiras se destacam entre os 63 países em desenvolvimento que atingiram a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com a missão de proteção à natureza, um conjunto de políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) contribui com a manutenção da capacidade de produção de alimentos.

PROTEÇÃO SOCIAL

“O Brasil alcançou avanços com as políticas de proteção social e o apoio à agricultura familiar”, disse Gustavo Chianca. Ele ainda acentuou que a conservação do meio ambiente é essencial para a saúde das pessoas. O encontro, que avalia os avanços e perspectivas das iniciativas agroambientais para a América Latina e Caribe, faz parte do programa de cooperação internacional firmado entre o governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e a FAO. Além do Brasil, participam Chile, Colômbia, México e Nicarágua. O projeto começou em 2008 e, em dezembro de 2013, foi realizada uma oficina regional de avaliação dos resultados, também em Brasília.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do MMA, Paulo Guilherme, comenta que o MMA tem políticas que se completam entre si e estão integradas a outros ministérios do governo federal para a proteção ambiental – e que são essenciais para garantir a manutenção da capacidade brasileira em produzir alimentos. “Podemos citar, por exemplo, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que inclui planos setoriais que criam base efetiva para a manutenção da produção”, afirma.

EFEITO ESTUFA

A política a que o secretário se refere a planos de ação para redução de emissões de gases de efeito estufa, relacionados, por exemplo, à conservação de florestas, mobilidade urbana e produção agricultura de baixo carbono. Esse tipo de cultivo de alimentos prevê bases sustentáveis para a produção, o que significa atenção ao meio ambiente, com linhas de crédito especiais em bancos públicos.

Cabral cita ainda o Programa Produtor de Água, da Agência Nacional de Águas (ANA), que interage com o Programa de Revitalização de Bacias, do MMA, e são partes de um

conjunto de práticas conservacionistas de água e solo, promovendo condições para uma agricultura sustentável.

Educação permanente em Segurança Alimentar e Nutricional é essencial para o fortalecimento do Sisan – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/09/2014

Encontro abordou estratégias de capacitação no Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Brasília, 18 – A educação permanente dos profissionais em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi considerada vital para fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). A questão foi discutida na terça-feira (16), durante o 8º Encontro das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília. A ideia é que os profissionais de SAN atuem de forma unificada em todo o país.

Ao final do encontro, integrantes da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Nacional), das Caisans estaduais e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) decidiram que o primeiro passo para sistematizar as ações é fortalecer esta iniciativa nos estados e estreitar o diálogo com as universidades. Com a formação em segurança alimentar a partir dessas instituições, as ações podem efetivamente chegar até a população.

“A partir das ações de segurança alimentar e nutricional, melhoramos tanto a produção de alimentos quanto o consumo da população, tornando-os mais saudáveis”, reforça a diretora do Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Michele Lessa. “Por isso, discutimos também as competências dos entes federados no processo.”

A diretora do Departamento de Formação e Disseminação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS, Patricia Vila Boas, explicou como o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSuas) realiza a formação permanente dos profissionais que atuam na rede socioassistencial.

A ideia é que os profissionais da área da segurança alimentar possam se inspirar na experiência da assistência social e criar o modelo de aperfeiçoamento do Sisan a partir de uma experiência prática. “Para que uma política pública se fortaleça é preciso ter conceitos uniformes. A formação continuada motiva a aprendizagem com estratégias de educação voltadas para a realidade local”, destaca a diretora.

Durante o evento, também foram abordados os temas sistematização das discussões sobre competências federativas no Sisan e Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: papel das Caisans.

Para a nutricionista da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará, Geanne Brito da Rocha Miranda, que também faz parte do grupo técnico da Caisan e é conselheira do Consea, o encontro é importante “para que os estados conheçam e atuem de maneira

sistematizada” para que o país avance na garantia de alimentação saudável para a população.

"Superamos a fome com a ampliação da rede de proteção social" – Site da Carta Capital, Sociedade. 23/09/2014

O desafio, agora, é criar políticas específicas para as populações mais vulneráveis e melhorar a qualidade da nutrição do povo brasileiro, diz a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello

Pela primeira vez, o Brasil abandonou o vergonhoso mapa mundial da fome, revela o último relatório sobre segurança alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), divulgado na semana passada. Atualmente, apenas 1,7% da população não sabe se terá garantida a próxima refeição. Ainda que isso represente 3,4 milhões de bocas famintas, o País é apontado como uma referência mundial no combate à fome, devido à forte redução verificada nas últimas décadas. Em 1990, 25 milhões de cidadãos estavam subalimentados, 15% do total dos habitantes do País.

Entre os fatores que explicam o êxito brasileiro, a FAO aponta o sucesso das políticas sociais e de transferência de renda implantadas no Brasil na última década. “Quando criamos o Bolsa Família, pensamos num programa de abrangência nacional que não demorasse a trazer resultados no combate à fome e à miséria. Deu certo. Agora, precisamos de ações mais focadas”, comenta a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello. Na entrevista a seguir, ela explica como o Brasil melhorou seus indicadores e fala sobre os desafios que ainda temos pela frente.

CartaCapital: As Nações Unidas apresentam o Brasil como uma referência no combate à fome. O que fizemos de diferente?

Tereza Campello: Na última década, conseguimos retirar mais de 15 milhões de brasileiros da condição de subalimentação. Em números absolutos, só perdemos para China e Indonésia. Nesse período, 60 milhões de chineses e quase 17 milhões de indonésios deixaram de passar fome. Só que essas nações são bem mais populosas. Em termos relativos, nosso avanço foi bem maior. Hoje, apenas 1,7% da população brasileira permanece com insegurança alimentar. Foi o maior avanço da América Latina.

CC: O que explica o êxito brasileiro?

TC: Primeiro, aumentou a quantidade de alimentos disponíveis para a população. A FAO leva em conta tudo o que foi produzido e importado pelo País, e desconta o que foi exportado ou usado para outras finalidades, como ração para animais. Só entra na conta o que está disponível para consumo humano. Mas todos sabem que o problema da fome não tem relação apenas com a disponibilidade de alimentos. Hoje, temos uma oferta suficiente para abastecer toda a população mundial, mas a fome persiste. A questão central é o acesso. É por isso que as Nações Unidas dão um enfoque especial à questão da renda. Não por acaso, a FAO destaca a elevação do salário mínimo nos últimos anos e o aumento na geração de empregos formais. Mas talvez o principal fator seja o

aumento da rede de proteção social, sobretudo o êxito do Bolsa Família, que transfere renda à população mais pobre.

CC: Que impacto o Bolsa Família teve no recuo da desnutrição?

TC: Recentemente, Patrícia Constante Jaime, coordenadora de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, publicou um artigo sobre o tema, elaborado em parceria com um conjunto de especialistas. Esse estudo mostra uma reversão da curva do déficit de estatura nas crianças beneficiadas pelo programa. Hoje, temos um porcentual muito pequeno de crianças com déficit de peso. Mas esse não é o melhor indicador para avaliar o problema. A criança pode estar gorda e mal nutrida. Quando avaliamos o déficit de estatura, temos um retrato mais fiel. Se a criança come só farinha com água, ela pode até estar bem gordinha, mas não cresce como deveria. Não tem nutrientes suficientes para se desenvolver. Entre as crianças beneficiárias do Bolsa Família, houve significativa redução do déficit de estatura de 2008 a 2012. Elas não apenas deixaram de passar fome, estão crescendo mais.

CC: Esse estudo revelou uma queda expressiva da desnutrição, mas desnuda uma prevalência muito maior de casos nas regiões Norte e Nordeste, onde o déficit de estatura ainda é identificado em 19,2% e 12,6% das crianças monitoradas, respectivamente.

TC: Sim, até porque o Norte e o Nordeste sempre tiveram maior prevalência da desnutrição e da fome. Mas, em apenas quatro anos, houve uma redução acentuada mesmo nessas regiões.

CC: Neste ano, a FAO usou uma nova metodologia para calcular seu índice de prevalência de subalimentação. O que mudou?

TC: A FAO sempre considerou a disponibilidade de alimentos em cada país e aspectos relacionados à renda da população. Mas não considerava o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atende cerca de 43 milhões de crianças e adolescentes no Brasil. Todos os dias, as escolas públicas oferecem refeições a um contingente de estudantes do tamanho da população argentina. Aliás, eles não incluíam na conta nem os que se alimentavam fora de casa. Ficavam de fora os trabalhadores que comiam na cantina da fábrica, os que frequentavam restaurantes populares. Por isso, a FAO passou a incluir essa variável, e refez os cálculos dos anos anteriores. Todos os países monitorados pelas Nações Unidas tiveram os seus indicadores revisados pelos mesmos critérios.

CC: O avanço nos últimos anos é inegável, mas ainda existem 3,4 milhões de brasileiros subalimentados. Segundo especialistas, a fome persiste em comunidades de difícil acesso: indígenas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos e população de rua.

TC: Graves problemas estruturais, que afetam milhões de habitantes, demandam medidas de grande impacto. O êxito brasileiro no combate à fome e à pobreza deve-se ao fato de que não optamos por projetos pilotos, modelos customizados, específicos para cada grupo social. Por isso, quando criamos o Bolsa Família, pensamos num programa de abrangência nacional, que não demorasse a trazer resultados no combate à fome e à miséria. Deu certo. Agora, precisamos de ações mais focadas.

CC: Que tipos de ações?

TC: Sabemos, por exemplo, que nos quilombos ainda há muita insegurança alimentar. São comunidades geralmente isoladas, muito fechadas, que não têm acesso a uma grande variedade de alimentos. Isso também gera insegurança alimentar. Os povos ribeirinhos da Amazônia costumam comer sempre peixe e farinha. Alguns chegam a desenvolver doenças pelo consumo excessivo dessa mesma fonte de alimentação. A dieta não é equilibrada. Podem até não passar fome, mas não estão bem alimentados. Em algumas comunidades indígenas, os indicadores de desnutrição são elevadíssimos. Há comunidades muito isoladas, nas quais só chegam os aviões do Exército. Para elas, estamos fazendo políticas específicas. Desenvolvemos estratégias de busca ativa diferenciadas para indígenas, quilombolas e população de rua, na tentativa de incluí-los nos programas sociais do governo federal.

CC: É possível citar alguns exemplos?

TC: Até os formulários desses grupos mais vulneráveis são diferenciados. No caso dos indígenas, registramos a etnia, sua localização exata, todas as informações necessárias para chegar até eles e ver quais são as suas demandas. Dependendo do tamanho da população, criamos um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) dentro da própria comunidade indígena. Outro exemplo: contratamos assistência técnica específica para quilombolas e indígenas desenvolverem suas culturas tradicionais. Não queremos romper com o desenho cultural dessas comunidades, mas elas também precisam de certo suporte tecnológico para se desenvolver. Precisam de sementes, de equipamentos agrícolas. Ao mesmo tempo, não podemos tratá-los como um agricultor familiar convencional. Não adianta, por exemplo, fazer manejo florestal em reservas extrativistas. Precisamos de soluções adequadas para a forma como eles estão acostumados a garantir a própria sobrevivência.

CC: A FAO também deu muita ênfase ao êxito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Qual é o diferencial dele?

TC: Assim como o Bolsa Família, ele possui escala e grande impacto. Muitas crianças chegavam famintas às escolas, então decidimos distribuir comida a elas. Os estudantes têm acesso a frutas, arroz, feijão, carne, peixe, frango, uma nutrição bastante balanceada. Hoje, a maioria das escolas tem cozinhas para preparar alimentos frescos. Para receber os repasses federais, elas precisam usar um percentual mínimo do dinheiro para comprar frutas, legumes e hortaliças. Ao menos 30% dos alimentos vêm da agricultura familiar, o que fortalece os pequenos produtores. São políticas simples, abrangentes e com impacto nacional.

CC: Além das ações focadas em grupos específicos, devemos aperfeiçoar as políticas de abrangência nacional?

TC: Podemos melhorar a assistência às mulheres durante a gravidez e às crianças nos primeiros anos de vida. Decidimos aumentar o valor dos benefícios pagos às mulheres do Bolsa Família durante a gestação, para que elas se alimentem melhor. Em contrapartida, elas precisam iniciar o pré-natal mais cedo. A curva é impressionante. Conseguimos antecipar em 60% o número de mulheres que iniciam seu pré-natal antes

do quarto mês de gestação. Com isso, diminuimos a incidência de diabetes, de eclampsia, de complicações no parto. Isso é muito importante, porque os danos causados à criança durante a gestação muitas vezes são irreversíveis. Além disso, no Nordeste, decidimos aplicar superdoses de vitamina A ao vacinar as crianças, além de oferecer complementação de sulfato ferroso.

CC: Alguns especialistas se opõem à complementação nutricional com medicação.

TC: Sim, uma parcela expressiva dos especialistas da área de nutrição é contra a medicalização da nutrição. Mas temos uma situação colocada no Norte e Nordeste, e precisamos atuar de alguma forma. Continuaremos na estratégia de melhorar a qualidade da alimentação dessas pessoas, estimular uma dieta mais balanceada. Mas, enquanto o cenário não muda, precisamos intervir. Já temos 9 milhões de crianças vacinadas com megadose de vitamina A, para aumentar a imunidade delas. Se há carência dessa vitamina, as crianças ficam mais vulneráveis a infecções, mais propensas a morrer por tuberculose, pneumonia, asma. Também iniciamos a distribuição de sachês com complementação de nutrientes nas escolas de educação infantil. Decidimos não distribuir diretamente às famílias, porque é mais seguro ter a supervisão de médicos e especialistas nessa complementação.

CC: O País conseguiu superar o drama da fome, mas o brasileiro está engordando muito. Atualmente, metade da população adulta tem sobrepeso e 17,5% é obesa. Como enfrentar o problema?

TC: Primeiro, precisamos contextualizar um pouco essa história. Quando criamos o Bolsa Família, o que se dizia? Que o pobre iria pegar o dinheiro e comprar porcaria. À época, até mesmo especialistas em nutrição manifestaram contrariedade em pagar os benefícios em dinheiro à população. Havia o temor de que a obesidade entre os mais pobres chegasse a patamares superiores à média nacional. Mas isso não se verificou. Eles não têm uma nutrição pior que a dos ricos. O crescimento da obesidade ocorre em todos os segmentos sociais. Precisamos cuidar melhor das merendas escolares, reduzir os teores de sal, gordura e açúcar dos alimentos processados, já temos um pacto com as indústrias do setor nessa direção, além de avançar na discussão de uma regulamentação da publicidade de alimentos dirigidos ao público infantil. O que mais nos preocupa é o crescimento da obesidade e do sobrepeso entre crianças e adolescentes. O problema tende a persistir na vida adulta e trazer graves problemas de saúde.

"Os mais pobres precisam de dinheiro para comprar alimentos". Rodrigo Martins – Site da Carta Capital, Sociedade. 24/09/2014

Representante da FAO, Alan Bojanic atribui o êxito brasileiro no combate à fome ao sucesso das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e dos programas de alimentação escolar

O Brasil tem hoje 3,4 milhões de cidadãos em situação de insegurança alimentar, o equivalente a 1,7% da população nacional. Tais números colocam o País na lista de nações que superaram o problema da fome, segundo o mais recente relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), divulgado na terça-feira 16.

Na última década, 15,6 milhões de brasileiros abandonaram a condição de subalimentação, um recuo de 82,1%. Não por acaso, o Brasil tornou-se uma referência mundial no combate à fome, diz Alan Bojanic, representante da FAO no País. “Para ter segurança alimentar, o mais importante é garantir acesso aos alimentos. Os mais pobres precisam de dinheiro para comprá-los, e os programas de transferência de renda implantados na última década tiveram grande êxito nessa tarefa.” Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida a CartaCapital.

CartaCapital: O que explica essa redução tão forte do número de subalimentados no Brasil?

Alan Bojanic: Essa redução teve uma repercussão global muito forte, e ajudou a puxar o bom desempenho da América Latina. O Brasil assumiu o compromisso de erradicar a fome, e isso se traduziu em políticas sociais. Para ter segurança alimentar, o mais importante é garantir acesso aos alimentos. Os mais pobres precisam de dinheiro para comprá-los, e os programas de transferência de renda implantados na última década tiveram grande êxito nessa tarefa. Também destacamos o êxito dos programas de alimentação escolar. As crianças têm a possibilidade de ter ao menos três refeições por dia. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar ajudou a fortalecer os pequenos produtores. Agora, eles têm condições de gerar renda e produzir alimentos para a população. Criou-se um circuito virtuoso para assegurar a segurança alimentar da população, sobretudo dos mais pobres.

CC: O relatório da FAO destaca que o Brasil sempre foi um grande produtor de alimentos, mas o drama da fome persistia.

AB: A segurança alimentar não tem relação apenas com a disponibilidade dos alimentos, mas também com o acesso. Os mais pobres tinham uma dieta muito pobre, com baixa quantidade de calorias, de proteínas. Precisamos ter ações em três campos: a produção de alimentos, o acesso a eles e o uso que se faz deles.

CC: A FAO utilizou uma nova metodologia para calcular o seu índice de subalimentação. Qual foi a maior mudança?

AB: Sempre usamos como base a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, que não contemplava o enorme contingente de pessoas que se alimentam fora de casa, na escola, no trabalho, nos restaurantes populares. Essa é uma variável fundamental que passou a ser agregada no estudo, não só no caso do Brasil, mas em todos os países monitorados pela FAO. Só de considerar o número de crianças que têm acesso a alimentos nas escolas (43 milhões de estudantes), isso teve um impacto enorme na correção dos números do Brasil.

CC: Por que a FAO não costuma divulgar os percentuais exatos dos países que estão abaixo de 5% de prevalência da subalimentação? É uma questão de confiabilidade estatística?

AB: Não, é uma questão conceitual. Na verdade, quando um país fica abaixo desse patamar de 5%, entendemos que ele superou a fome estrutural. Isso significa que a fome não é mais um problema endêmico no país, embora possam existir núcleos duros de famintos, que demandam políticas específicas.

CC: Qual é o maior desafio do Brasil daqui para a frente?

AB: Primeiro, precisamos focalizar as políticas públicas nos grupos mais vulneráveis. Ainda temos núcleos duros de pessoas com subalimentação, sobretudo na Amazônia, com os povos ribeirinhos, os indígenas, as comunidades quilombolas. Precisamos de políticas específicas, de maior precisão, para alcançar essas populações. Outro desafio é melhorar a qualidade da nutrição. A população pode ter uma alimentação com elevado número de calorias, mas pobre de proteínas, minerais e vitaminas.

CC: Sabe-se que o indicador da FAO leva em conta o número adequado de calorias para cada pessoa, de acordo com o gênero e a faixa etária dos diferentes segmentos sociais. Ele também é capaz de revelar qual a dieta equilibrada é a dieta de cada povo?

AB: Não, porque muitos países não têm essa informação e nós precisamos ter um indicador que possa servir de comparação entre todas as nações monitoradas. De fato, precisamos avançar nessa questão. Até porque um dos temas que mais nos preocupam é o rápido crescimento dos indicadores de obesidade e sobrepeso. Um consumo excessivo de calorias, associado à vida sedentária, é um grave problema a impor desafios também aos países emergentes. Além disso, podemos avançar mais no estímulo aos pequenos produtores. O Brasil é um exemplo em termos de políticas para agricultura familiar, mas sempre há espaço para aperfeiçoá-las.

CC: Atualmente, estima-se que a agricultura familiar seja responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

AB: Exatamente. Os grandes produtores estão voltados para a exportação de commodities, como soja, milho e algodão. Esse último representa uma cultura importante, gera renda, mas não alimenta ninguém. São os pequenos produtores que garantem o abastecimento da população e precisam de mais estímulo. É importante destacar que o mundo avançou muito. Em apenas uma década, conseguimos retirar 200 milhões de pessoas da fome, quase a população total do Brasil. Mesmo com a crise internacional, com a alta nos preços dos alimentos, estamos no caminho correto. Mas ainda temos 800 milhões de famintos no mundo e não podemos deixar de perseguir o objetivo de erradicar a fome em todo o planeta.

A fome é uma vergonha a menos para o Brasil. Rodrigo Martins – Site da Carta Capital, Sociedade. 25/09/2014

Pela primeira vez, o País deixa o mapa da fome das Nações Unidas

A diarista Kelly Cristina Caetano, de 44 anos, vive em um apertado barraco em Cidade Estrutural, comunidade erguida no entorno de um lixão do Distrito Federal. Basta um carro passar pela rua de terra batida para uma espessa nuvem de poeira vermelha recobrir o casebre. As paredes de madeira compensada mostram-se incapazes de aplacar o calor que castiga o Centro Oeste nesta época do ano. Tampouco protegem a família dos ataques de ratazanas. “Meu filho chegou a ficar internado após receber uma mordida. Fiquei desesperada, a mão dele inchou e não parava de sangrar”, conta. Apesar das agruras, Kelly demonstra uma inabalável confiança num futuro melhor. “Agora estamos bem melhor. Ao menos não falta comida em casa”.

Franzina e com a pele precocemente envelhecida, Kelly conhece bem a anatomia da fome. Deu a luz a 12 filhos, e buscou alimentá-los como pôde. “Muitas vezes, não tinha nem arroz ou feijão. Passávamos dias comendo polenta de fubá. Quando faltava o leite das crianças, batia chá com biscoito de maisena no liquidificador”, diz, sem esconder o desconforto. Um de seus filhos morreu bebê, por não resistir a uma infecção hospitalar. O mais novo, Augusto, de seis anos, nasceu com encefalopatia, espécie de paralisia cerebral. Para cuidar do menino, ela teve de recusar ofertas de emprego. A família depende do trabalho do marido, que faz bicos de pedreiro. Renda fixa? Só os repasses de programas sociais, como Bolsa Família e DF Sem Miséria. “Sem isso, ainda estaríamos à base de fubá.”

A diarista e sua família integram um contingente de 15,6 milhões de brasileiros que superaram a subalimentação desde o início dos anos 2000. O feito permitiu ao Brasil abandonar o vergonhoso mapa mundial da fome, revela o último relatório sobre segurança alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), divulgado na terça-feira 16. Hoje, apenas 1,7% da população não sabe se terá garantida a próxima refeição. Ainda que isso represente 3,4 milhões de bocas famintas, o País é apontado como uma referência mundial no combate à fome pela forte redução verificada nas últimas décadas. Em 1990, 25 milhões de cidadãos estavam subalimentados, 15% dos habitantes do País.

“O Brasil sempre foi um país da geografia da fome, como nos alertava Josué de Castro, desde a década de 1940. Mas fez um avanço extraordinário nos últimos anos, talvez o melhor progresso do mundo, e conseguiu superar o problema”, afirma Jorge Chediek, coordenador das Nações Unidas no País. “Para ter segurança alimentar, o mais importante é garantir acesso aos alimentos. Os mais pobres precisam de dinheiro para comprá-los, e os programas de transferência de renda implantados na última década tiveram grande êxito nessa tarefa”, emenda Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil.

Nos anos 1990, perto de 3,5 milhões de brasileiros deixaram de passar fome, uma redução de 15,6%. O maior avanço verifica-se, porém, na década seguinte. Desde 2000, o Brasil retirou 15,6 milhões de cidadãos da subalimentação, um recuo de 82,1%. O indicador da FAO considera três dimensões. Primeiro, a disponibilidade de alimentos para consumo humano em cada nação. Depois, o número de calorias necessárias para cada indivíduo estar bem nutrido. O terceiro aspecto tem a ver com o acesso à comida. Nesse ponto o País conseguiu o maior avanço.

“O Brasil nunca teve problema para produzir alimentos. A produção brasileira dá para alimentar meio mundo”, explica Daniel Balaban, diretor do Programa Mundial de Alimentos. “O problema é que os mais pobres não tinham poder de compra”. Por isso, a FAO destaca os gastos federais nos planos de segurança alimentar, que totalizaram 78 bilhões de reais em 2013. Apenas o Bolsa Família transferiu 25 bilhões de reais para 13,8 milhões de domicílios de baixa renda no ano passado.

De 1990 a 2012, a parcela da população em extrema pobreza passou de 25,5% para 3,5%, registra o relatório. Desde 2011, ao menos 22 milhões de brasileiros foram retirados da miséria. O recente avanço é atribuído a mudanças no desenho do Bolsa Família, que permitiram a elevação dos valores pagos às famílias mais pobres, de forma

que todos os beneficiários do programa tenham renda per capita superior a 1,25 dólar por dia, linha usada pelo Banco Mundial para definir quem está em situação de pobreza extrema. Ou seja, apenas os brasileiros que ainda não foram incluídos no Bolsa Família permanecem miseráveis.

“O desafio, agora, é universalizar a cobertura dos programas sociais”, diz Balaban. De forma residual, a fome persiste no país em comunidades de difícil acesso: indígenas, ribeirinhos, quilombolas. Além dos programas de transferência de renda, o êxito brasileiro se deve a melhora de outros indicadores, como a geração de empregos formais e a elevação do salário mínimo. A FAO destaca ainda o sucesso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar, responsável pela oferta de merendas a mais de 43 milhões de crianças e adolescentes. Este último ponto é um dos principais responsáveis pela saída do Brasil do mapa da fome.

“Sempre usamos como base a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, que não contemplava o enorme contingente daqueles que se alimentam fora de casa, na escola, no trabalho, nos restaurantes populares”, diz Bojanic. “Neste ano, pudemos incluir esta variável em todos os países monitorados pela FAO.”

Pela nova metodologia, desde 2006 o Brasil tem menos de 5% da população subalimentada, porcentual considerado residual pelas Nações Unidas. “Mesmo países desenvolvidos, como os EUA e o Japão, têm seus bolsões de pobreza, onde a fome persiste. Não estamos dizendo que não há mais famintos no Brasil, apenas registramos que ele superou a fome estrutural”, diz a nutricionista norte-americana Anne Kepple, consultora da FAO.

A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, reconhece que a mudança na metodologia favoreceu o Brasil. Destaca, porém, que as aferições anteriores desconsideravam um importante instrumento de acesso à comida. “Todos os dias, as escolas públicas oferecem refeições a um contingente de estudantes do tamanho da população argentina.”

Matriculado na Escola Classe 2, em Cidade Estrutural, João Pedro, de 10 anos, filho da diarista Kelly Caetano, recebe quatro refeições durante o período de estudo. “Ele chega em casa sem fome nenhuma, às vezes nem quer jantar”, comenta a mãe. “Além disso, passa o dia todo em segurança na escola”. A preocupação não é à toa. Dos 12 filhos de Kelly, três morreram assassinados.

“Há alguns anos, eu e meu marido estávamos desempregados. Faltava tudo dentro de casa, e várias vezes deixei de comer para não faltar comida aos meus filhos”, comenta Márcia Gomes de Oliveira, que tem duas filhas matriculadas na mesma escola. No período de maior dificuldade, o casal trabalhou por dois meses no lixão do bairro. “Passei muito mal, vomitava várias vezes. Quando fui ao posto de saúde, descobri que estava grávida de minha quarta filha”. Com o auxílio de programas sociais, a família conseguiu progredir. Hoje, Márcia trabalha em uma lanchonete e o marido é açougueiro. “Felizmente, não sabemos mais o que é fome há uns bons anos”.

Um recente estudo liderado por Patrícia Jaime Constante, coordenadora de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, avaliou o impacto do Bolsa Família na redução da

desnutrição aguda (déficit de peso) e da desnutrição crônica (déficit de estatura) entre os beneficiários com menos de 5 anos. “As equipes de saúde verificam a evolução do crescimento dessas crianças duas vezes por ano”, diz Constante. “O grupo pesquisado corresponde à parcela mais pobre e vulnerável do País.”

Gestores federais e estaduais trocam experiências sobre o PAA – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 26/09/2014

As recentes mudanças no Programa de Aquisição de Alimentos também foram tema central de capacitação para os executores

Brasília, 26 - Para aperfeiçoar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em sua nova forma de gestão, a partir do Temo de Adesão, gestores estaduais e federais participaram nesta semana do seminário Troca de Saberes, em Brasília, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Os executores estaduais discutiram os aspectos positivos e críticos do Programa e trocaram experiências para melhorar a sua operacionalização. Vania Junqueira Rodrigues, do departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, da secretaria de Inclusão Social de Sergipe, contou que o evento foi oportuno para mostrar a realidade de cada estado. “O debate foi muito rico e fortaleceu a experiência dos coordenadores estaduais, que às vezes não têm esse olhar, de forma a garantir o direito humano à alimentação adequada daqueles que mais precisam”, completou.

Além da troca de experiências, também foi feita uma agenda de trabalho até o fim do ano, visando garantir que não haja descontinuidade no Programa com a passagem de 2014 para 2015. Além disso, foi discutido o SISPAA, sistema informatizado que permite que todas as informações referentes à compra e à doação dos alimentos seja armazenada tornando possível o pagamento mensal e o monitoramento mais eficaz do Programa.

Segundo Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), Arnaldo de Campos, a modernização do PAA também foi boa para o produtor porque agora o pagamento é mais simples, mais transparente e mais rápido. O novo sistema permite que o dinheiro saia da conta do governo federal direto para a conta do produtor. “O produtor que participa do PAA recebe um cartão do Banco do Brasil. Ao entregar o produto, o gestor local insere a nota no sistema e todos os meses há uma folha de pagamento”, afirmou.

O secretário também defendeu as avaliações periódicas como necessárias para saber sobre os problemas, as dificuldades e desafios a serem enfrentados. “O PAA teve um importante papel na exclusão do Brasil do Mapa da Pobreza da FAO, pois ele tem como público alvo a população em insegurança alimentar e agora uma nova agenda se abre, que é ser um instrumento de construção de hábitos alimentares saudáveis e promoção dos alimentos regionais.

Fome: o ingênuo otimismo da ONU. Juliana Dias – Site do MST. 29/09/2014

Da Malagueta

A indiferença glacial a respeito da fome no mundo contrasta com os dados do sociólogo Jean Ziegler, que considera a destruição anual de dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças pela falta de comida como o escândalo do nosso século. No seu estado atual, a agricultura mundial poderia alimentar, sem problemas, 12 bilhões de pessoas, quase duas vezes a população mundial. No entanto, a cada cinco segundos, morre uma criança de menos de dez anos, num planeta que transborda riquezas. Os neurônios do cérebro humano formam-se entre zero e cinco anos. Se nesse período não receber uma alimentação adequada, suficiente e regular, a criança ficará lesionada pelo resto da vida.

Aos 80 anos, Ziegler é o pensador suíço contemporâneo mais conhecido no mundo. Com mais de 20 livros publicados, combina sua produção intelectual com uma resistente intervenção social e política. Atuou como o primeiro relator Especial sobre o Direito Humano à Alimentação e membro do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), entre 2000 e 2012. Seu último livro, *Destruição em massa – geopolítica da fome* (Ed. Cortez) é dedicado ao médico brasileiro Josué de Castro, um dos fundadores da agência da ONU para Alimentação e Agricultura (FAO), reconhecido internacionalmente por seu pioneirismo em denunciar o flagelo da fome.

A reflexão de Ziegler sobre as causas da escassez de alimentos é pertinente para avaliar o recém-lançado Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI, sigla em inglês), divulgado pela FAO. De acordo com o documento, na última década a redução de famintos chegou a 100 milhões. O número de pessoas “cronicamente desnutridas” chega a 805 milhões no período de 2012 a 2014. Nos países em desenvolvimento, a desnutrição caiu de 23,4% para 13,5%. O Brasil foi o destaque do relatório, apontado como o país que, oficialmente, superou o problema da fome.

Dados do referido relatório indicam que existem 3,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, o que corresponde a 1,7% da população brasileira. O programa Bolsa Família, que atende 14 milhões de famílias e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destinado diariamente a 43 milhões de estudantes da Educação Básica, são apontados como fatores relevantes para essa superação, cumprindo o primeiro ponto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), previsto para 2016: eliminar a fome.

O otimismo do relatório, tanto em nível global, como na América Latina e Caribe, esbarra com as declarações de Ziegler, embasadas na experiência de mais de uma década na linha de frente da defesa do Direito Humano à Alimentação. Ao destrinchar as causas da fome, ele aponta os “senhores dos trustes agroalimentares”, os dirigentes da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos diplomatas ocidentais, dos especuladores de alimentos básicos; e dos que chama de “abutres do ouro verde” (produtores de agrocaburantes, ou combustíveis de base vegetal) como os que se empenham em naturalizar a fome.

Ziegler começa sua exposição explicando como os dados da FAO são coletados. O modelo matemático data de 1971 e é de extrema complexidade, a qual o autor se propõe a simplificar. O primeiro passo é fazer um recenseamento da produção de bens alimentares, exportação e importação, especificando o conteúdo calórico. A Índia, por

exemplo, abriga a metade de todas as pessoas grave e permanentemente subalimentadas do mundo, mas exporta cerca de 17 milhões de toneladas de trigo[1].

Assim, a FAO obtém a quantidade de calorias disponível em cada país, de acordo com as variáveis: faixa etária, sexo, tipo de trabalho executado e situação socioprofissional. Na segunda etapa os estatísticos estabelecem a estrutura demográfica e sociológica da população. Ao correlacionar os dois agregados de indicadores, obtêm-se os déficits calóricos globais dos países e é fixada a quantidade teórica de pessoas permanentemente e gravemente subalimentadas. A crítica de Ziegler é que os dados não dizem nada a respeito da distribuição de calorias no interior de uma população determinada.

O modelo da FAO é afinado constantemente com pesquisas dirigidas à base de amostragem, com o objetivo de identificar grupos particularmente vulneráveis. Esse modelo é criticado pelos pesquisadores Bernard Maire e Francis Delpeuch por calcular calorias em termos de macronutrientes (proteínas, glicídios e lipídeos), sem levar em conta as deficiências da população em termos de micronutrientes – a carência de vitaminas, minerais e oligoelementos.

A confiabilidade dos dados também é posta a prova, pois se baseia inteiramente na qualidade das estatísticas fornecidas pelos Estados. Apesar das críticas, Ziegler reconhece a pertinência, e que o modelo dá conta, a longo prazo, das variações dos números dos subalimentados e das mortes pela fome no planeta, caso do relatório publicado no último dia 16 de setembro. Para o sociólogo e militante, os números subestimam o fenômeno, mas permitem conhecer o cenário árido dos famélicos em todo o mundo.

Os três grupos de pessoas mais vulneráveis são os pobres rurais, os pobres urbanos e as vítimas de catástrofes. A maioria dos que não têm o que comer pertence às comunidades rurais pobres dos países em desenvolvimento. Quem produz alimento está exposto à fome. É uma contradição a ser enfrentada. A escassez está nos campos onde se deveria tirar o sustento.

Ziegler ataca a prática de que a segurança e a soberania alimentar sejam lideradas pelo jogo do livre mercado. A ideia que paira é que somente o mercado pode vencer o flagelo da fome. Basta potencializar ao máximo a produtividade agrícola mundial, liberar e privatizar para se ter acesso a uma alimentação adequada, suficiente e regular para todos. “O mercado, enfim, liberado derramará, como uma chuva de ouro, seus favores sobre a humanidade” (p. 158). Para uma questão complexa como a alimentação, propaga-se uma solução unilateral e reduzida a uns poucos atores sociais.

A questão agrária é posta pelo ex-relator como um desafio para combater a fome. As terras são disputadas para o plantio de commodities da produção agrícola ou os agrocarburentes, também divulgados como biocombustíveis, dos quais, esclarece Ziegler, existem dois tipos: o bioetanol e o biodiesel.

O prefixo bio (vida, vivo), indica que o carburante (etanol ou diesel) é produzido a partir de matéria orgânica (biomassa). Não há relação direta com uma agricultura biológica, como sugere o termo biocombustível. A confusão favorece a imagem desse carburante que se imagina limpo e ecológico. Também chamado de Ouro Verde, essa matriz de produção energética é considerada pelo sociólogo como a nova recolonização

do território, devastando os recursos naturais e aprofundando mazelas sociais, culturais e econômicas.

No Brasil, o protagonista é a cana-de-açúcar. Matéria-prima de base do período colonial com a monocultura para a produção de açúcar, esse plantio retorna ocupando os campos de alimentos para a produção de agrocarburentes. Zielger critica duramente o programa brasileiro Proálcool: “além dos barões brasileiros do açúcar, o Proálcool beneficia as grandes sociedades transcontinentais estrangeiras (Louis Dreyfus, Bunge, NobleGroup e Archer Daniels Midland)”.

Ao estabelecer a relação entre combustível e comida, ele relembra o dado com que inicia o seu livro: “queimar milhões de toneladas de alimentos em um planeta em que, a cada cinco minutos, morre de fome uma criança de menos de dez anos é evidentemente revoltante”. Para produzir 50 litros de bioetanol, é preciso destruir 358 quilos de milho. No México e na Zâmbia, o grão é a base da alimentação. Com essa quantidade daria para alimentar durante um ano uma criança nesses países. “Agrocarburentes: tanque cheio e barriga vazia”, sentencia Ziegler.

Na visão do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves [2], a classificação adequada desde o início da colonização até os dias de hoje é “sistema-mundo moderno colonial”. O modelo agrário/agrícola, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre as grandes corporações financeiras internacionais; as grandes indústrias-laboratórios de adubo, fertilizantes, herbicidas e sementes; as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados; os grandes latifundiários exportadores de grãos [3].

Para se ter uma ideia de como a fome não pode ser subestimada, muito menos naturalizada, Ziegler cita dados sobre o controle do mercado sobre a produção de alimentos no mundo: “apenas dez corporações – entre as quais Aventis, Monsanto, Pioneer e Syngenta – controlam um terço do mercado global de sementes, estimado em 23 bilhões de dólares por ano; e 80% do mercado de pesticidas, em torno de 28 bilhões de dólares.

Dez outras corporações, entre as quais a Cargill, controlam 57% das vendas dos 30 maiores varejistas do mundo e representam 37% das receitas das 100 maiores sociedades fabricantes de produtos alimentícios e de bebidas (p. 152). Sobre a atuação dessas multinacionais, João Pedro Stédile, um dos principais dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), afirma que “o objetivo não é produzir alimentos, mas mercadorias para ganhar dinheiro” (p. 153).

A forma como se produzem, distribuem e consomem alimentos – considerando a comida como uma mercadoria, regulada por um mercado voraz, e Estados enfraquecidos – é uma maneira de violar o direito à alimentação e de limitar a soberania alimentar das nações, destruindo os territórios, lugares de produção de alimentos, cultura, memória e saberes.

Essa indiferença glacial, à qual se refere Zielger, é intolerável. Para vencer esse monstro, o autor se mostra esperançoso com o “formidável despertar das forças revolucionárias camponesas nas zonas rurais do hemisfério Sul. Sindicatos camponeses

transnacionais [como a Via Campesina], associações de lavradores e criadores lutam contra os abutres do ‘ouro verde’ e contra os especuladores que tentam roubar suas terras. Essa é a força principal da luta contra a fome” (p. 28).

Ziegler cita um provérbio chinês que Che Guevara gostava de pronunciar para justificar sua esperança e incentivar a resistência: “Os muros mais sólidos desmoronam por suas fissuras”. Assim, ele convoca a provocar, o tanto quanto possível, fissuras na ordem atual deste mundo que “esmaga brutalmente os povos”.

O inimigo, como o autor chama, está exposto nos relatórios da FAO. Há que questionar com essas estatísticas por que 805 milhões de pessoas morrem de fome no século XXI. A experiência do sociólogo e militante nos mostra que o gigante pode ser maior e os que deveriam eliminá-lo estão buscando estratégias para naturalizá-lo.

Ao comparar o relatório com o relato de Ziegler é relevante refletir as contradições e ambiguidades que o sistema alimentar produz. O que está evidente, talvez nas entrelinhas ou com a ajuda de autores como este em questão, é que se torna injustificável uma destruição pela falta de acesso à comida, de qualidade e em quantidade, respeitando a cultura, como estabelece o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Como é possível o homem travar uma guerra ambiciosa e inescrupulosa em favor do consumo e do lucro, contra sua própria espécie? Como explicar esse desejo autodestrutivo? Por que o outro é tratado com inferioridade se, na verdade, é a imagem refletida de seu semelhante? É necessário derreter essa indiferença glacial e compreender que comida não é produto de prateleira, é um direito básico à vida humana. Pensemos nos dados da FAO como uma tarefa que demanda esforços coletivos para provocar fissuras no muro sólido da mercantilização da comida, antes bem comum e de interesse público.

Medida aprovada pelo CMN beneficia produtores vinculados ao Pronaf. Eduardo Campos – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2014

BRASÍLIA - O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a resolução que permite o enquadramento da renda bruta esperada (RBE) para fins de indenização em caso de perdas de lavouras cobertas pelo Proagro Mais, braço do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) que atende produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De acordo com nota divulgada pelo Banco Central (BC), as alterações buscam incentivar a produção de frutas e hortaliças.

A medida aprimora o enquadramento de financiamentos para lavouras permanentes (especialmente frutas e café) e para a olericultura (legumes e verduras). Nessas culturas, diversos itens de custo que contribuem para a formação da RBE não são financiados e, assim, não integram os cálculos para fins de cobertura no modelo atual.

Como exemplo, o BC cita os custos de formação de lavouras permanentes já realizados que não integram o financiamento de custeio. No caso da olericultura, que utiliza intensamente a mão de obra familiar, esse custo também não integra o financiamento de custeio e os cálculos da cobertura. Atualmente, é permitido o enquadramento de

recursos próprios até o limite de R\$ 7 mil, limitado ao valor do financiamento, independentemente da lavoura financiada.

Agora, com a nova resolução, o valor passível de enquadramento passa a ser de até 80% da RBE no empreendimento. Nesse limite, estão enquadrados o valor financiado e os recursos próprios. Esses recursos próprios estão limitados a R\$ 20 mil na nova resolução, observados também os seguintes parâmetros. Na olericultura, até três vezes o valor financiado. Nas lavouras permanentes, até duas vezes o valor financiado. E nas demais culturas, até o valor financiado.

A medida passará a vigorar para as operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2015.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa